



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Dalfré, Liz Andrea

A emergência dos sujeitos sociais na historiografia sobre a Guerra do Contestado
História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 10, núm. 23, abril, 2017, pp. 10-27

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769323002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A emergência dos sujeitos sociais na historiografia sobre a Guerra do Contestado

The emergence of social subjects in historiography on the Contestant War

Liz Andrea Dalfré

liz_dalfre@yahoo.com.br

Doutora em História

Universidade Tuiuti do Paraná

Rua Emiliano Perneta, 195, apto 124, bloco B - Centro

80010-050 - Curitiba - Paraná

Brasil

Resumo

O objetivo desta reflexão é analisar o percurso historiográfico sobre o Movimento do Contestado e demonstrar como este conflito foi pensado, principalmente academicamente, ao longo dos séculos XX e XXI. Interessa verificar como os estudiosos do tema entenderam a participação dos atores sociais que se reuniram nas Cidades Santas, opondo resistência ao exército e aos governantes republicanos entre os anos de 1912 e 1916. Inicialmente foram resgatadas as primeiras narrativas sobre a guerra, com o propósito de verificar qual olhar sobre os rebeldes foi veiculado. Em seguida, foram analisadas obras paradigmáticas para a historiografia acadêmica sobre o tema, produzidas durante a segunda metade do século XX e primeira década do século XXI. Nestes estudos, foi observado a maneira como os pesquisadores compreenderam a ação dos grupos envolvidos no conflito e os caminhos adotados nesses estudos à medida que novas perspectivas teóricas foram incorporadas.

Palavras-chave

Ação; Brasil; Historiografia.

Abstract

The purpose of this reflection is to analyze the historiographical route on the Contested Movement and demonstrate how this conflict was thought, especially academically over the centuries XX and XXI. Interested to see how the theme of the scholars understood the participation of social actors who gathered in the Holy Cities, opposing resistance to the army and republican leaders in the years 1912 and 1916. Initially the first accounts of the war were rescued, with the purpose of check which look over the rebels was served. Then works were analyzed paradigmatic for academic historiography on the subject, produced during the second half of the twentieth century and the first decade of this century. In these studies, it was observed how researchers understand the action of the groups involved in the conflict and the ways in these studies as new theoretical perspectives have been incorporated.

Keywords

Action; Brazil; Historiography.

Recebido em: 16/6/2016

Aprovado em: 6/4/2017

Impulsionados pela crise dos paradigmas estruturalistas e marxistas e pela emergência das perspectivas culturais, os estudos sobre os movimentos sociais ganharam novo impulso nas últimas décadas. Esse impulso esteve atrelado ao entendimento de que as identidades coletivas constituem processos dinâmicos em detrimento de análises que, anteriormente, concebiam as estruturas sociais como principal problema de pesquisa. Uma das questões que se sobressaem nessa renovação historiográfica é a problemática da constituição e atuação dos agentes sociais coletivos e individuais nos processos históricos analisados (MATTOS 2012, p. 95).

Essas transformações também ocorreram na historiografia sobre a Guerra do Contestado. O conflito que ocorreu no sul do Brasil entre os anos iniciais da República (1912-1916), foi transformado em objeto de análise imediatamente após sua conclusão e, desde então, têm sido amplamente estudado, sobretudo nos últimos anos, a partir de uma grande gama de perspectivas.¹

O objetivo desta reflexão é explorar um percurso historiográfico e demonstrar como este conflito foi analisado, sobretudo academicamente, ao longo do século XX e no início do século XXI. Para além de buscar uma reflexão geral ou totalizadora sobre o evento, interessa especificamente verificar como alguns estudiosos do tema entenderam as ações dos atores sociais que se reuniram nas denominadas *ciudades santas* para aguardar o retorno do seu líder espiritual, monge João Maria.

Para isso, será observado como os sujeitos sociais que atuaram na formação dos redutos rebeldes foram caracterizados e como suas ações foram interpretadas: a. nas primeiras narrativas sobre o evento; b. nas primeiras publicações de cunho acadêmico; c. nas reflexões acadêmicas das últimas duas décadas consideradas, pela autora desse texto, paradigmáticas em termos historiográficos no que se refere ao modo de entender a participação popular no evento.

11

As primeiras publicações e a consolidação de um olhar sobre os rebeldes

Tanto os textos produzidos pelos historiadores como as crônicas, os textos militares, o discurso jornalístico, o fílmico, entre outros, são construções narrativas que fornecem um olhar, uma visão, uma interpretação, uma pauta sobre esse conflito.

Por este motivo, antes de analisar os trabalhos acadêmicos, é interessante observar, ainda que de forma panorâmica, alguns trabalhos anteriores que em maior ou menor medida foram utilizados na historiografia posterior, ora de forma a serem reiterados, ora como ponto de ruptura e problematização.

As primeiras reflexões sobre a Guerra do Contestado ocorreram durante os acontecimentos da época, a partir do segundo semestre de 1912, quando tiveram início os ajuntamentos em torno do monge José Maria em Taquaruçu

¹ Em linhas gerais, a Guerra do Contestado se caracterizou como um conflito armado que envolveu moradores do interior de Santa Catarina e do Paraná, entre os quais lideranças políticas, fazendeiros e seus agregados, posseiros, além de personalidades políticas dos dois estados e do exército. O conflito se deu entre os anos de 1912 e 1916. Para uma definição mais completa da expressão, ver Dalfre (2014).

(SC) e depois no Irani (PR). Desde esse primeiro momento, portanto, ocorreu uma produção de textos sobre esses acontecimentos. Essas primeiras narrativas surgiram nas páginas dos jornais, de Santa Catarina, do Paraná e de outros locais do Brasil. A imprensa escrita, do início do século XX, caracterizou-se por um posicionamento explicitamente formador de opinião, emitindo notícias carregadas de pareceres apaixonados e sensacionalistas.

Escritos no calor da hora, os jornais, sobretudo os regionais, evidenciavam embates cotidianos que se estendiam para além do palco do conflito. Em tom de indignação ou ironia, ao abordar tais acontecimentos a imprensa da época defendia posições políticas relacionadas ao litígio entre Paraná e Santa Catarina.² As notícias eram alimentadas por essa disputa e pelos interesses vinculados a ela. Os editores dos jornais da época tentavam encontrar os responsáveis pela eclosão e extensão do conflito, buscavam caracterizar os grupos envolvidos além de indicar soluções possíveis.

Os jornais alimentavam uma imagem sobre os diferentes grupos envolvidos no conflito. Um exemplo pode ser observado no *Diário da Tarde*, um jornal paranaense da época. Enquanto o monge José Maria foi descrito no periódico como “guerreiro audacioso, fanático e monarquista” (*DIÁRIO DA TARDE* 1912, n. 4199, p. 4), João Gualberto, o militar que conduziu a tropa que lutou contra o monge no Irani, em 1912, foi descrito como “soldado que honra o Exército Nacional, jornalista vigoroso, engenheiro de vasta competência, patriota abnegado, amigo dedicadíssimo, indivíduo que cultua as mais altas virtudes cívicas, chefe de família verdadeiramente modelar” (*DIÁRIO DA TARDE* 1912, n. 4196, p. 1). Já os rebeldes, figuraram como “turba fanática e crédula”, “pobres analfabetos”, “homens sem cultura e de uma credulidade inconsciente” (*DIÁRIO DA TARDE* 1912, n. 4182, p. 1; 4199, p. 1 e 4183, p. 1). Esses são exemplos de algumas oposições construídas por esse discurso que se colocou como civilizador e ilustrado identificando os sertanejos como desordeiros, ignorantes, fanáticos e analfabetos.

Um segundo conjunto de narrativas historiográficas foram os textos produzidos pelos militares que participaram do conflito e constituem uma das documentações mais utilizadas posteriormente pelos pesquisadores que se voltaram para esse tema. Muito do que conhecemos hoje como Movimento do Contestado foi edificado com base nesses relatos, que consolidaram uma determinada representação sobre o evento e seus participantes. Esses documentos, longe de serem neutros, evidenciam o posicionamento assumido pelo exército naquele momento, os motivos e interesses relativos à sua ação no *front*, além de serem porta-vozes importantes na glorificação do exército, na justificativa das derrotas que sofreram e na construção de uma imagem sobre os rebeldes.

² Desde 1853, Paraná e Santa Catarina disputavam judicialmente a definição dos seus limites territoriais. Após a Proclamação da República e o princípio de autonomia dos estados da Federação, as discussões se tornaram ainda mais acirradas entre as instâncias de poder desses estados brasileiros, contando, em diversos momentos, com as opiniões de representantes políticos de outras regiões do país. Diversos foram os pareceres emitidos pelo poder federal, ora dando ganho de causa a um, ora a outro. O litígio somente foi resolvido em 1916, devido à pressão exercida pela Guerra do Contestado.

Merecem destaque os textos de dois militares: Setembrino de Carvalho e Herculano Teixeira D'Assumpção. Os relatos que eles escreveram foram os mais significados, devido à importância atribuída a eles pela historiografia e à recorrência de sua utilização.

Fernando Setembrino de Carvalho foi comandante das forças do exército contra os redutos rebeldes e apresentou seu relatório de guerra em 1916, data na qual esse documento também foi publicado pela Imprensa Militar. Carvalho teceu considerações referentes aos acontecimentos cotidianos e às dificuldades pelas quais o exército passou, sofrendo com a ausência de verbas e de equipamentos adequados, mas também dá um parecer de cunho moral sobre tais eventos e seus participantes. Ele esteve na região do conflito entre 1914 e 1915, liderando o que chamou de luta "da civilização contra a barbarie" (CARVALHO 1916, p. 254). A expressão enfatiza uma tentativa bem clara de definição de posições. "Cangaceiros", "quadrilheiros" e "bandoleiros" foram termos recorrentes no texto de Setembrino de Carvalho para definir os rebeldes.

Para este militar, pesou na constituição da população do Contestado, a presença de "perseguidos da justiça", que teriam chegado à região para trabalhar na construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, época na qual "os sertões foram se enchendo dos piores malfeitores", segundo ele provenientes do Nordeste e do Rio de Janeiro (CARVALHO 1912, p. 3). Muitas dessas pessoas, conforme o autor, eram criminosos deportados, informação essa repetida diversas vezes pela historiografia posterior. Em um boletim publicado pelo Diário da Tarde, o militar questionou o fato de "cidadãos" terem abandonado seus lares "despresando o trabalho honesto e divorciando-se da civilização" (DIÁRIO DA TARDE 1915, p. 1).

Outro militar que participou do evento registrando sua experiência na obra *A Campanha do Contestado* (1917) foi Herculano Teixeira D'Assumpção. Como primeiro-tenente do exército, participou do Movimento do Contestado sendo secretário do 58º batalhão de caçadores e, em seguida, assistente da coluna que realizou o cerco aos rebeldes pelo lado sul. O seu texto apresenta um discurso permeado de reflexões e opiniões pessoais quanto a cultura e aos costumes dos habitantes do interior catarinense, além de relatar acontecimentos anteriores à sua presença no local. Como testemunha, considerava-se "leal e insuspeito", afirmando que estava sendo guiado "pela verdade dos factos" e "para dizer verdades taes, preciso appellar, com energia, para a serenidade imparcial de relator" (D'ASSUMPÇÃO 1917, p. I).

D'Assumpção compartilhou do mesmo pensamento daqueles que, à época, consideravam o fanatismo um fenômeno decorrente da falta de educação letrada entre os habitantes do interior do território brasileiro. Os acontecimentos que constituíram o conflito, na opinião deste militar, seriam "provenientes da cancerosa chaga do analfabetismo que se estende por todo o território nacional, talando os pontos mais longínquos, onde não chegam os bafejos saneadores da civilização hodierna" (D'ASSUMPÇÃO 1917, p. I). A distância aparece aqui como um dos principais motivos do analfabetismo. Interessante notar ainda que os autores que atribuem o fanatismo à ausência de uma cultura letrada no meio sertanejo, não levaram em consideração que, neste período, a grande

maioria dos moradores do litoral também não tinham acesso à educação formal. D'Assumpção, assim como muitos outros pensadores do período, negligenciou o número de analfabetos existentes na parte mais *civilizada* do Brasil.

D'Assumpção acreditava também que devido à ignorância, os moradores do interior deixavam-se facilmente dominar por pessoas alfabetizadas, ou seja, esses indivíduos não poderiam ser agentes de sua história. Por não possuírem uma educação letrada, se tornavam vulneráveis à ação de malfeitores espertos e letrados que porventura decidissem tirar proveito de sua ingenuidade e, por este motivo, eram facilmente manipuláveis. Essa era sua opinião em relação ao monge José Maria, por exemplo, responsável, segundo o militar, por ter incitado a população sertaneja a aderir ao "fanatismo demolidor". Para D'Assumpção, este era um homem inteligente e alfabetizado, que teria calculado os resultados que poderia obter dominando aquela população e preparando-a para a luta armada.

Por esses motivos, para D'Assumpção, a possibilidade de resolver os problemas que atingiam essa parte do país residia na educação de sua população. A alfabetização representava um dos poucos caminhos que davam acesso à atuação política e social consciente.

Definir o "tipo sertanejo" também foi uma das direções seguidas por D'Assumpção em sua narrativa. Ele tentou descrever detalhadamente os hábitos, as atitudes e a forma de vida do habitante dos sertões sulinos. O autor caracterizou o morador do interior partindo da comparação e o modelo adotado para tal foi o "tipo" ocidental, representado pela figura do imigrante alemão. Segundo D'Assumpção, os alemães constituíam uma "população ordeira, disciplinada, inteligente e sumamente prestativa" exatamente o contrário da população cabocla, vinculada a miséria e a desorganização (D'ASSUMPÇÃO 1917, p. 199-200).

Nesta representação do tipo nacional, o narrador enfatizou questões relacionadas à ausência de higiene entre as populações sertanejas, noção que havia conquistado espaço nos planos de modernização das capitais brasileiras. Além desse aspecto, na sequência do relato o militar apontou questões relativas à agilidade do sertanejo nas matas, onde possuía "a ligeireza do jaguar", ao seu caráter de desconfiança, à importância do cumprimento que "é a primeira coisa que o viajante precisa saber fazer", ao costume de utilizar o verbo pôr no infinitivo (ponhar), à hospitalidade em relação às visitas, momento no qual o caboclo demonstrava ser "affavel", etc. (D'ASSUMPÇÃO 1917, p. 200-205). E concluiu:

É assim no sertão. Os seus homens mais rudes, dominados pela ignorância que gera superstições que muito concorrem para os seus continuados desvãos, esses homens são como os boidios: nem sempre provocam a luta. Mas quando uma força superior sacode os seus instintos perversos, despertando-os com vigor, então elles evidenciam toda a sua maldade inconcebível, tornando-se inimigos terríveis, sanguinários, atilados e traiçoeiros (D'ASSUMPÇÃO 1917, p. 201).

Portanto, sobre a docilidade, a falta de higiene, a importância que o caboclo atribuía à “prosa”, prevalecia, na visão do militar, sua natureza perversa que frente a provocação de um inimigo ou simplesmente “aos pequenos actos que elle julga offensivos”, vinha à tona. D’Assumpção não entendia que o sertanejo era protagonista de sua história, mas que ele respondia e interagia de acordo os estímulos vindos do meio.

Esse olhar, possibilitou a formação de uma representação maniqueísta em relação aos moradores do interior sulino. Ora comentando a respeito dos costumes mais cotidianos e “inofensivos”, ora se referindo aos sertanejos como semibárbaros, sinistros e traiçoeiros, esse militar nos deixou uma das obras que mais foram utilizadas no estudo do Movimento e mostrou, a partir de sua narrativa, aspectos relacionados à imagem que as elites da época possuíam em relação àqueles que não compartilhavam de sua cultura e dos seus projetos.

Tanto Setembrino de Carvalho como Herculano D’Assumpção, utilizaram adjetivos classificando os rebeldes como inimigos da ordem e da lei, além de lhe atribuírem o *status* de ignorantes e analfabetos. Esses relatos permearam as tentativas de constituição da *nação* brasileira bem como o desejo de modernizar o território nacional e, para isso, seria necessário incluir os *bárbaros*, tornando-os parte da pretendida *civilização*. Mas essa incorporação não seria conduzida pelos próprios sujeitos históricos, mas sim por aqueles que detinham o poder de identificar os males e as soluções possíveis. Os sertanejos eram resultado de alguma coisa: do analfabetismo e do pouco caso da política nacional, representados como portadores de uma patologia. Mas não eram considerados, por esses militares, agentes responsáveis e conscientes das transformações que eles acreditavam que deveriam ser operadas em suas vidas. Aos rebeldes não era conferida a possibilidade de discordar desse projeto civilizacional considerado a única via possível do progresso.

Perspectivas acadêmicas a partir da década de 1950: os sociólogos

Os primeiros trabalhos de cunho acadêmico sobre a Guerra do Contestado começaram a ser escritos a partir da década de 1950. Esses textos inauguraram uma nova forma de abordagem referente ao Movimento e aos personagens que nele estiveram envolvidos. Os sertanejos, a partir desses estudos, passaram a ser considerados de um ponto de vista mais antropológico e menos estereotipado. Aqui serão discutidas três obras que se tornaram referência para os estudos sobre o tema: *O messianismo no Brasil e no mundo*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1965); *Messianismo e conflito social*, de Maurício Vinas de Queiroz (1977)³ e *Os errantes do novo século*, de Douglas Teixeira Monteiro (1974).

O primeiro desses trabalhos, da socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz,⁴ inaugura uma mudança em relação aos estudos sobre os movimentos sociais

³ A primeira edição é de 1966.

⁴ Além da publicação do livro *Messianismo no Brasil e no mundo*, Pereira de Queiroz defendeu em 1955, na École Pratique des Hautes Etudes, na França, sua tese intitulada *La "Guerre Sainte" au Brésil: Le mouvement messianique du "Contestado"*.

religiosos que até então, com frequência, localizavam os participantes destes conflitos nos limites da patologia social.

Sua análise, influenciada pelas ideias socioculturais do orientador, Roger Bastide, pauta-se na importância de encontrar definições científicas necessárias para enquadrar, em caracterizações comuns, diversos movimentos sociais localizados em tempos e locais distintos. Partindo de uma reflexão weberiana, na qual o messias é classificado como líder carismático, os movimentos messiânicos para Maria Isaura Pereira de Queiroz, teriam sempre a mesma forma, precedida pela figura do messias. No caso do Contestado, a autora atribuiu a denominação de messias aos monges.

Pereira de Queiroz indica um importante caminho ao criticar determinados aspectos presentes na definição do homem do interior existentes entre os pensadores do final do século XIX e início do XX, principalmente no que se refere à dicotomia litoral-sertão, diferenciação que simboliza a oposição progresso-atraso.

Considera ainda incorretas as afirmações de Euclides da Cunha e de Nina Rodrigues, quando estes indicaram que o estilo de vida do homem sertanejo se encontrava ameaçado pela invasão de uma cultura estranha, ocasionando a insurreição rebelde (QUEIROZ 1965, p. 343). Conforme as teses em vigor no início do século XX, a melhor forma de aniquilar esse tipo de reação seria levando o progresso aos moradores do interior, por meio da criação de escolas e da abertura de estradas, possibilitando a alfabetização e maior contato com os centros civilizados do país. Na perspectiva desses estudos, o messias seria o inimigo do progresso, chegando ao ponto de queimar objetos de luxo, definição essa decorrente da imagem de Antônio Conselheiro. Como principal argumento na defesa de seu ponto de vista, Pereira de Queiroz enfatiza que, ao contrário da afirmação desses cientistas sociais, muitos messias buscavam elevar o nível de vida dos seus adeptos, desenvolvendo o comércio, abrindo estradas, construindo casas, como no caso de Padre Cícero, por exemplo, que não só possuía uma educação letrada como também buscou transformar sua região em um grande centro econômico. Em relação ao grupo de Antônio Conselheiro, a socióloga afirma que queimavam objetos de luxo e não novidades, o que não contraria o progresso, mas sim, a riqueza (QUEIROZ 1965, p. 344-346).

Apesar de tais avanços e da noção de messianismo ter sido adotada por vários estudiosos na análise do Movimento do Contestado após a publicação da obra de Pereira de Queiroz, suas reflexões sobre o conflito sulino foram revisadas por diversos autores. Conforme Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 26), se torna pouco útil a utilização da categoria "messianismo" da forma como emprega a socióloga. Para ela, a sociedade sertaneja do Contestado se encontrava em processo de anomia e o conflito possuía um caráter conservador, evidenciando uma crise estrutural. Na visão da autora, o Movimento do Contestado não foi nem subversivo, nem revolucionário, mas sim reformista. Segundo Machado, ao indicar como fator provocador do conflito o estado de anomia social, de perda de identidade como consequência de transformações sociais, culturais e econômicas, Pereira de Queiroz estaria nomeando de outra forma a patologia da população rebelde. Ao atribuir um estado de anomia social e de perda de identidade, a

socióloga retira a legitimidade da crítica dos caboclos e desautoriza sua ação como uma atividade política consciente e vinculada a necessidades reais.

Em *Messianismo e conflito social* (1977), o sociólogo Maurício Vinhas de Queiroz. O autor percorreu um caminho que posteriormente foi assumido por diversos estudiosos do Contestado: a questão agrária. Embora a referência à terra não seja determinante em seu texto, já na introdução afirma que “pela primeira vez em nossa História as massas camponesas manifestaram a clara consciência da necessidade de garantir o seu ‘direito de terras’” (QUEIROZ 1977, p. 13-14). Embora assuma um discurso bastante relativizante e enfatize as singularidades culturais dos rebeldes, ainda não rompe com alguns aspectos bastante característicos do pensamento social do início do século XX.

Devido ao anseio pela terra, por bem-estar e segurança, a população que vivia no território contestado teria sofrido uma crise estrutural, acumulada ao longo dos anos. Embora a ideia de consciência nos remeta ao entendimento de que o grupo possuía clareza em relação as experiências vivenciadas, o trabalho de Queiroz não reflete a ideia de que os participantes do conflito foram agentes de sua história, já que afirma, páginas depois, que eles possuam uma falsa consciência dos problemas existentes no interior de sua sociedade, problemas esses responsáveis pelo acúmulo de tensões (QUEIROZ 1977, p. 13, 14 e 249). Para o sociólogo, o messianismo caracteriza-se como uma revolta alienada que “confia na transfiguração supranaturalística do mundo”, negando completamente a realidade compreendida como satisfação dos mínimos vitais.

O sociólogo acredita que os caboclos do Contestado “acordaram do sonho” quando perceberam as vicissitudes da guerra, passando por uma “desalienação” que os teria levado a formular reivindicações de teor secular. No final do Movimento, entretanto, com a dissolução da solidariedade comunal e o acirramento das tensões internas, o Movimento teria sofrido “uma espécie de regressão no sentido do autismo”, se inserindo, portando, no terreno da patologia social (QUEIROZ 1977, p. 252-255).

Para Maurício Vinhas de Queiroz, a idealização monárquica pode ser considerada um sonho, um momento de alienação interrompido pelas agruras da guerra e pela percepção da morte, responsável por trazer os sertanejos de volta à realidade. Essa separação, entre real e irreal, corresponde a uma tradição intelectual racionalista que se consolidou em meados do século XIX, perpassando todo o século XX (BACZKO 1985, p. 297). O livro de Vinhas de Queiroz, publicado em 1966, conserva características oriundas dessa tradição de compreender a razão e a ciência em oposição aos sentimentos, às sensibilidades e às crenças populares. A ciência e a razão, noções apropriadas em seu extremo, tornaram possível o desprezo e o esquadrinhamento dos costumes e do modo de vida alheios ou estranhos, fator que “conjugava-se perfeitamente com o sonho colectivo de uma sociedade e de uma história finalmente transparentes para os homens que as constituem” (BACZKO 1985, p. 297).

De acordo com essa matriz de pensamento, a operação científica serviria como fio condutor para desvendar a história, desmistificar o que estava oculto, buscar a lógica para aquilo que não tinha explicação a partir de uma concepção

racionalista do homem e da sociedade. Por outro lado, ao assumir esse viés, Vinha de Queiroz excluía a capacidade protagonista dos rebeldes em desenhar reivindicações que eram reais.

Essas reflexões visam demonstrar que mesmo entre os estudos acadêmicos sobre o Movimento do Contestado, realizados a partir da década de 50, ainda permaneceram tentativas de inclusão do outro em um espaço caracterizado pela anormalidade. Os sertanejos continuaram sendo considerados diferentes, não somente pela sua singularidade cultural, mas também pelas características que os tornavam “autistas”, portadores de uma patologia social e incapazes de proporem mudanças sociais legítimas.

Diversos pesquisadores, em trabalhos posteriores, questionaram esse posicionamento racionalista frente às crenças e ao imaginário dos homens comuns, priorizando aspectos fundamentais na concepção de mundo dos habitantes do interior do Brasil. À espera do messias e de São Sebastião com seus cavaleiros, a idealização monárquica e a crença na vitória, fizeram parte da realidade dos sertanejos tanto quanto a guerra, as mortes e as doenças, como poderá ser constatado adiante.

Na terceira obra a ser analisada, *Errantes do novo século*, o autor Duglas Teixeira Monteiro enfatiza que para alcançarmos um entendimento em relação ao conflito é necessário, antes de mais nada, compreendermos como os caboclos pensaram e construíram sua nova realidade. Sua reflexão é orientada pela sociologia da religião, por meio da qual intenciona

18

[...] analisar o comportamento social de uma comunidade humana que, enfrentando uma crise global, recolocou, dentro dos limites que lhe eram dados, os problemas fundamentais de sua existência enquanto grupo. Ao fazê-lo, elaborou um universo mítico, adotando as condutas ritualizadas correspondentes (MONTEIRO 1974, p. 10-11).

As expressões weberianas “desencantamento” e “reencantamento do mundo”, tornaram-se conhecidas daqueles que se voltaram para a temática do Contestado, devido à obra deste autor. Conforme Monteiro, a ideia de desencantamento aplicado a esse contexto, se refere à ruptura da estrutura vigente entre os moradores da região e estaria vinculado à própria crise do coronelismo e à penetração das empresas capitalistas ocupando diversificados ramos de trabalho, o que teria ocasionado o rompimento entre o consenso e a coerção e teria levado ao conflito propriamente dito. Antes disso ocorrer, o autor acredita que existia uma estratificação das relações sociais, baseada em normas tradicionais onde as representações materiais e simbólicas caminhavam juntas e cuja unidade encontrava-se no fator religioso. “Sua estabilidade é mantida pela junção entre um consenso que encobre os aspectos coercitivos e uma coerção que garante a continuidade consensual” (MONTEIRO 1974, p. 13).

Essa crise das relações – conduziu-os, segundo Monteiro, a um reencantamento do mundo, propiciado a partir dos valores ameaçados por essa crise. Os consensos foram elaborados, deste momento em diante, enquanto a coerção foi sancionada por elementos mítico-religiosos.

Assim como Monteiro, outros pesquisadores deste mesmo período, voltaram suas preocupações para os processos de luta camponesa que ocorreram no sul do país entre o final do século XIX e durante o século XX, sobretudo a partir de estudos monográficos voltados para contextos regionais ou por meio de sínteses direcionadas a explicações de ordem estrutural.⁵ Segundo Welch, na década de 1970, entidades como a Fundação Ford, apoiaram projetos de pesquisa no Nordeste que culminaram na publicação de trabalhos sobre o campesinato e os sindicatos rurais. Também datam desta época, diversos trabalhos acerca dos trabalhadores volantes, denominados boias-frias (WELCH 2006, p. 65).

Os estudos de Monteiro se inserem no contexto da organização de movimentos pela democratização do país e no recrudescimento da luta pela terra, que ocorreu ao longo das décadas de 1970 e 1980. Para Hebe Mattos (2012, p. 102), a partir da década de 1970 novas questões se impuseram para os historiadores, sobretudo no que concerne às temáticas ligadas aos movimentos sociais. Essas reflexões foram resultado da pressão exercida pela emergência de novos atores sociais impulsionados pelas manifestações de identidades coletivas como o movimento negro, o movimento feminista, entre outros.

Apontando para uma nova perspectiva historiográfica, Monteiro foi o primeiro pesquisador do Contestado a fazer considerações a respeito das análises que seguiram o caminho do determinismo do meio e da raça. Segundo o sociólogo, as explicações sobre o Contestado caracterizaram-se

Pelo emprego de explicações que recorrem a poderosos determinismos geográficos ou biológicos na análise dos “fanatismos” religiosos brasileiros. Na vigência dessa voga, falava-se nas condições da terra, no clima, na composição étnica das populações envolvidas. Ou então, de modo menos generalizador, na ocorrência de “loucuras” ou “delírios coletivos” (MONTEIRO 1974, p. 12).

19

A atribuição da ideia de loucura àqueles que “reencantaram” o mundo, para Monteiro, está relacionada à necessidade de classificar os rebeldes a partir da utilização de categorias opostas, como sertão e litoral, elementos fundamentais no pensamento social até a década de 1930, muito recorrentes nos estudos sobre esse tipo de conflito.

Além de indicar as dificuldades relativas à utilização de conjuntos de termos opostos no estudo sobre a guerra, o sociólogo aponta algumas características presentes nessas abordagens, como o desconhecimento e a autenticidade atribuída aos habitantes do sertão, questão que ganhou importância nas narrativas que pensaram o Brasil, nas primeiras décadas do século XX.

Para o autor, o mundo material e religioso são os mesmos e os rebeldes que optaram por uma via mitologizante eram pessoas normais “ou não menos normais que seus adversários” (MONTEIRO 1974, p. 15). Quanto ao caráter contestatório do Movimento e ao protagonismo dos envolvidos no processo, para Monteiro (1974, p. 214), “a linguagem religiosa, não assume, desse modo,

⁵ Como, por exemplo, Prado Jr. (1979). Para a apresentação de uma historiografia sobre movimentos sociais detalhada do período, ver: Welch (2006).

a característica de uma forma que encobre interesses e impulsos sociais de caráter terreno”, mas sim, transfiguraram-se assumindo uma outra dimensão, que seria a religiosa.

Mesmo após a publicação das obras dos sociólogos apresentados, ainda persistiram análises onde o modo de vida do habitante do interior foi compreendido de forma estereotipada e preconceituosa, apesar de muitas vezes, os sociólogos serem citados na bibliografia.⁶ Se por um lado é possível observar uma superação de posições estigmatizantes quanto àqueles que moravam no interior e viveram nos redutos, por outro, diversos aspectos desse posicionamento continuaram presentes, marcando amplamente a alteridade, enfatizando e nomeando as diferenças, muitas vezes apresentadas com outra roupagem, mas demonstrando a permanência de uma necessidade de classificar o outro, indicando-lhe adjetivos, nomeando seu lugar e suas atitudes e, sobretudo, destituindo a legitimidade de sua atuação como sujeito histórico.

Olhares historiográficos: as últimas décadas do século XX e o início do século XXI

Na segunda metade do século XX e início do XXI, diversas obras foram escritas sobre o Movimento do Contestado, além daquelas produzidas pelos sociólogos já citados. Não nos deteremos em todos os trabalhos, mas somente nas reflexões que representaram um salto historiográfico na abordagem sobre a agência dos sertanejos envolvidos no conflito. Entretanto, para que esse percurso fosse trilhado, vale lembrar que a partir dos anos 80, surgiu um novo conjunto de pesquisas acerca dos movimentos sociais inspirados, de um lado, pelo processo de redemocratização que possibilitou a emergência de crítica mais abertas à estrutura oligárquica e, de outro, pelas mobilizações populares, sobretudo dos trabalhadores rurais, que irromperam a partir do final da década de 1970. Segundo Paulo Pinheiro Machado “esta luta fez reviver a memória e ressignificar a experiência dos sertanejos de várias lutas antigas, como Canudos, Porecatu, Tombras e Formoso, Ligas Camponesas e o movimento do Contestado” (MACHADO 2016, p. 23).

Neste contexto, foram produzidos trabalhos sobre a importância do movimento sindical entre o campesinato, sobre as Ligas Camponesas, referente a atuação do Partido Comunista no meio rural e vários estudos voltados para a compreensão do papel das lideranças nos movimentos sociais, com ênfase para o papel desempenhado por determinados sujeitos históricos.⁷

Ao longo dos anos 90 e no início do século XXI, essa produção se tornou ainda mais numerosa, com a inserção de fontes documentais e metodologias

⁶ Um exemplo é o trabalho de Pereira (1966) ou ainda o trabalho de Facó (1978) (publicado originalmente em 1963). Este autor desconsidera os aspectos religiosos como elementos prioritários do Movimento reduzindo-os a um fundo de interesse material.

⁷ Algumas sínteses podem ser citadas como representativas do aumento do interesse pelos movimentos sociais, embora nem todas tratem do protagonismo do campesinato, como os trabalhos de Brasil de José de Souza Martins (*Os camponeses e a política no Brasil*, de 1981); de Aspásia de Alcântara Camargo (*A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964, publicado em 1981)*); e Leonilde Sérvolo de Medeiros (*História dos movimentos sociais no campo*, de 1989). Para maiores detalhes sobre essa historiografia ver: Welch (2006).

que valorizaram a fala dos grupos denominados pela história social como “subalternos”, como a história oral, por exemplo, amplamente utilizada para demonstrar a atuação política de trabalhadores rurais, peões, mulheres, entre outros sujeitos históricos. Houve uma crescente preocupação com a história “vista de baixo”, com o empirismo e os processos históricos em detrimento das explicações estruturais.⁸

Nesta perspectiva, cabe enfatizar que somente a partir do final de década de 1990, é possível observar transformações significativas do ponto de vista historiográfico sobre o Contestado, entre as quais se destacam três elementos, que possibilitam concentrar esses trabalhos entre o final da década de 1990 aos dias atuais. Primeiramente, foi o momento a partir do qual historiadores de formação se dedicaram ao tema. Em segundo lugar, após esse momento, trabalhos acadêmicos sobre o tema passaram a ser pesquisados nas universidades, sobretudo do sudeste e sul do Brasil. E, finalmente, é possível identificar nesses trabalhos uma grande variedade temática nas problematizações e nas construções dos argumentos, cujas orientações teóricas seguem propostas, sobretudo, da Nova História francesa, da Micro História italiana e da História Social inglesa.

Se foi entre os anos de 1970 e 1980 que as temáticas ligadas aos movimentos sociais ganharam corpo, foi no final da década de 1990 que elas adquiriram nova roupagem, com análises centradas na perspectiva culturalista e foi na virada do XX para XXI, que ocorreu a renovação da vertente da história política, a emergência das trajetórias individuais e a valorização dos aspectos ligados a memória desses movimentos. As tensões oriundas da relação entre memória, história e movimentos sociais, além da pressão dos movimentos sociais sobre os historiadores, favoreceu o declínio das fronteiras entre o socioeconômico, o político e o cultural nas análises acadêmicas (MATTOS 2012, p. 105). Nesse contexto, a ideia de agência se tornou central e as ações, as subjetividades, os interesses, os desejos e as perspectivas dos sujeitos sociais envolvidos em diferentes manifestações, movimentos e conflitos, se transformaram em foco de problematizações e análises variadas.

Para este artigo, foram selecionados dois trabalhos considerados aqui muito significativos nos rumos adotados pela historiografia sobre o Movimento do Contestado no Brasil das últimas duas décadas.⁹

O primeiro deles, fruto de uma dissertação de mestrado, é o livro da historiadora Marcia Janete Espig, *A presença da gesta carolíngia no Movimento do Contestado*, publicado em 2002.¹⁰ Nesta pesquisa Espig (2002, p. 21-22) tem

⁸ Exemplos dessas novas perspectivas podem ser encontradas para a região sul, por exemplo, por meio dos trabalhos sobre a Revolta de Porecatu, com destaque para as pesquisas de Ângelo Priori, Osvaldo Heller da Silva e Verônica Karina Ipólito; sobre a Revolta de 1957 do Sudoeste do Paraná, com destaque para os trabalhos de Paulo José Koling, Sílvia Maria Amâncio, Anita Izabel de Mello da Silva e Éverly Pegoraro.

⁹ A pesquisa de Todd Diacon, publicada em 1991 sob o título *Millenarian Vision, Capitalist Reality – Brazil Contestado rebellion, 1912-1916*, consiste em uma importante investigação na qual a Guerra do Contestado é analisada a partir da dimensão espiritual e da percepção dos seus participantes. O autor também apresentou um importante conjunto de fontes de época e de entrevistas realizadas na região. Esse trabalho não será analisado de forma pormenorizada neste artigo, pois o texto em questão nunca passou por um trabalho de tradução, o que dificulta seu alcance em termos acadêmicos, sobretudo para os cursos de graduação.

¹⁰ Espig defendeu sua dissertação de mestrado em história em 1998 na Universidade Federal do Rio Grande

como objeto de estudo compreender “o como e o porquê” da aceitação da obra *Carlos Magno e os Doze Pares de França* no imaginário local dos participantes da guerra. À autora interessa perceber a presença dessa literatura “como uma forma de aproximação analítica dos aspectos que compunham o imaginário do grupo de rebeldes do Contestado” (ESPIG 2002, p. 65).

Em sua análise, Espig (2002, p. 65-68) enfatiza o “caráter de representação” presente no trabalho. Ela dialoga com autores como Bronislaw Baczko, do qual faz uso do conceito de imaginários sociais, de Roger Chartier e suas reflexões sobre representação e apropriação e de Pierre Bourdieu, sobretudo para compreender a relação entre a realidade estruturada as parcelas de indeterminação, fundamentais para a pluralidade e elasticidade das visões de mundo e respostas fornecidas pelos atores sociais analisados.

Ao se preocupar com o imaginário do grupo rebelde, por meio da apropriação que fizeram da literatura, a autora afirma que pretende “compreender melhor a subjetividade e a ação concreta daqueles agentes” (ESPIG 2002, p. 65). Para Espig (2002, p. 65), aspectos relacionados a forma como os sujeitos sociais em questão interpretaram o mundo são centrais. Ela enfatiza que manifestações subjetivas como as que ocorreram no Contestado, durante muito tempo, estiveram associadas a sonhos e ilusões ou foram entendidas como elementos menores que encobriam necessidades realmente objetivas, visão essa que se contrapõe às novas vertentes historiográficas que entendem os aspectos subjetivos “tais como crenças, mitos, ritos, representações, imaginários e visões de mundo [...] como uma problemática legítima no campo dos estudos históricos”.

A segunda obra entendida como importante marco das duas últimas décadas para a historiografia sobre o Contestado é de autoria do historiador Paulo Pinheiro Machado.¹¹ Originalmente concebido como tese, o livro *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)* foi publicado em 2004. Neste texto, Machado (2004, p. 23) tem como questão central “fazer um levantamento e a análise das origens sociais e da formação e atuação política das lideranças sertanejas na Guerra do Contestado”.

Como o próprio título do trabalho infere, sua preocupação se concentra em destacar o papel dos comandantes caboclos que atuaram como líderes à frente dos redutos santos no período da guerra, sobretudo entre 1914 e 1916, momento no qual se destacaram as lideranças com evidente preocupação estratégica e política. Neste trabalho, fica evidente a importância atribuída a ideia de agência. Sobre essa perspectiva, Machado (2004, p. 26) destaca

[...] os sertanejos acabaram demonstrando, tanto por discursos como por atos, que desenvolveram uma nítida consciência das condições sociais e políticas da sua marginalização, de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra o governo, que defendia o interesse dos endinheirados, dos “coronéis” e dos estrangeiros.

do Sul. Atualmente, é professora na Universidade Federal de Pelotas.

¹¹ Paulo Pinheiro Machado atua como professor do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

A partir de uma orientação teórica fornecida por autores de tendência marxista, sobretudo vinculados à Nova Esquerda inglesa, o autor estabelece um diálogo crítico acerca das reflexões historiográficas voltadas aos movimentos sociais em sociedades pré-industriais, como os trabalhos desenvolvidos por George Rudé, Eric Hobsbawm e Edward P. Thompson. Esses autores forneceram importantes contribuições para o trabalho de Machado ao apontarem encaminhamentos e reflexões relativos ao tratamento dado às fontes, sobretudo aquelas ditas “tradicionais” (Georges Rudé); ao destacarem as resistências materiais e simbólicas de trabalhadores que se opuseram à inovações impostas pela modernização (E. P. Thompson); e ao indicarem perspectivas para a reflexão em torno das ideias de banditismo social e de movimentos pré-políticos (Eric Hobsbawm).

Machado não adota essas noções de maneira absoluta, ao contrário, ele avalia os limites de algumas dessas análises e entende como problemático, por exemplo, o fato de alguns desses autores, como Hobsbawm, pensar o campesinato de forma limitada, entendendo-o como um grupo em vias de extinção. Segundo Machado, que utiliza Raymond Williams para embasar seu ponto de vista, esse posicionamento deriva de um tipo de leitura marxista preconceituosa em relação ao mundo rural.

Machado (2004, p. 33) dialoga ainda com o antropólogo Eric Wolf, que o auxilia a pensar na estrutura organizacional dos rebeldes e com o historiador italiano Giovanni Levi. Este último, fornece subsídios para o autor entender a capacidade criadora dos sertanejos rebelados e a buscar, mais do que

23

caracterizações reducionistas e tipologias generalizadoras, as origens, a expansão e os limites da atuação dessas pessoas na guerra. O historiador acredita que nem mesmo para efeito didático podemos separar a questão religiosa da crítico-social e indica dois fatores como pontos fundamentais relacionados à questão agrária que repercutiu no Movimento do Contestado: a legislação republicana e a chegada da empresa *Brasil Railway Company*, responsável pela construção da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul. Sua orientação teórica aponta para a perspectiva que claramente defende. O conflito do Contestado, em sua opinião, constituiu um “episódio importante na história da luta de classes no Brasil” (MACHADO, 2004, p. 35).

Além dos trabalhos citados, que estão publicados, existe uma série de teses, dissertações e artigos significativos do ponto de vista analítico e de renovação historiográfica. Um exemplo é a tese de Márcia Janete Espig. Intitulada *Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1915)* defendida em 2008. Norteada por questões propostas pela micro história, a historiadora fez um levantamento minucioso e microscópico sobre os trabalhadores que atuaram na construção da linha sul da EFSPRG da *Brazil Railway Company*. Espig procurou evidenciar a origem e as experiências desses trabalhadores e se tiveram ou não envolvimento na Guerra do Contestado, que ocorreu alguns anos após o término da construção da ferrovia.

O trabalho de doutorado e de mestrado de Rogério Rosa Rodrigues também apresenta uma perspectiva inovadora nas reflexões acerca do conflito do Contestado. Rodrigues levanta questões importantes no que concerne ao modo de pensar e aos caminhos seguidos pelo exército durante os combates entre caboclos e forças militares, relacionando essas reflexões com as representações erigidas pelos próprios militares ao narrarem o conflito (RODRIGUES 2001; 2008).¹²

O autor ressalta, em suas pesquisas, a mobilização dos símbolos empregados pelos militares e as tentativas destes de justificar a ação no *front*, tanto para a sociedade civil quanto para os próprios militares envolvidos na guerra. Nesse sentido, o autor aponta para o esforço militar realizado durante o conflito no sentido de mobilizar equipamentos bélicos modernos e construir uma imagem positiva do exército.

Rodrigues também identifica representações recorrentes, envolvendo concepções maniqueístas da sociedade brasileira e aponta para o fato das narrativas militares estarem inseridas no campo literário-político do início da República, marcando, da mesma forma como os escritos intelectuais, a desilusão frente ao novo regime.

Quanto à questão da agência na guerra, o autor traz uma abordagem que considero inovadora por demonstrar as fragilidades e dificuldades vivenciadas pelos soldados no palco do conflito, bem como às dúvidas e incertezas que marcaram a ação militar (RODRIGUES 2001, p. 29-35). Perceber que as dificuldades, dúvidas, angústias, deserções, estiveram presentes não somente do lado dos rebeldes, mas também dos repressores, sobretudo àqueles que estavam acampados nas serras catarinenses, é importante à medida que possibilita a desconstrução da ideia da instituição militar como uma entidade homogênea, controlada e totalmente disciplinada. O autor identifica ainda momentos de insubordinação, delitos e crimes realizados pelos soldados, o que coloca em xeque “o ideal profissional e moderno” do exército nas primeiras décadas republicanas (RODRIGUES 2008, p. 22).

Os autores apresentados neste último item também são figuras centrais nos debates sobre o tema bem como na organização de eventos, livros e na orientação de pesquisas acadêmicas, que apontam para uma grande diversidade de perspectivas em termos teóricos e metodológicos e quanto às problematizações propostas.

Considerações finais

As diversas versões ou representações sobre o que se convencionou chamar Guerra do Contestado, fazem parte da sua história. O Contestado somente existe como fato histórico-social porque foi eleito como tal, porque sociólogos,

¹² A dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Rodrigues tratam do tema dos militares e sua participação na Guerra do Contestado. As duas pesquisas representam um esforço contínuo do historiador no sentido de compreender, de forma aprofundada, a atuação militar, não somente durante o período da guerra (1912-1916), mas também posteriormente, quando os militares elaboram explicações sobre o conflito, seus participantes e o local onde eles viviam, constituindo dessa forma, o primeiro conjunto memorialístico sobre a guerra.

religiosos, políticos, artistas, jornalistas, historiadores e cineastas pensaram sobre ele. Cada um desses grupos ou pessoas construiu uma imagem sobre esse evento, vinculada a visões de mundo e questões teóricas específicas, próprias de cada tempo e lugar. Conhecer os caminhos seguidos por essas narrativas significa compreender, principalmente, a forma como se construiu uma memória coletiva sobre o conflito e seus participantes.

No caso do Movimento do Contestado foi possível perceber, nessa breve reflexão sobre sua historiografia, alguns percursos, principalmente acadêmicos, e alguns pontos paradigmáticos das pesquisas. Nesses estudos, a ideia de agência vem se tornando, cada vez mais, uma concepção fundamental. Em detrimento das visões que prevaleceram entre os militares no início do século XX, que entendiam os rebeldes como ignorantes ou incapazes ou ainda das perspectivas das décadas de 1960 e 1970, que interpretaram seus atos como expressão de uma patologia ou apatia coletiva, surgem novos problemas e métodos que colocam em evidência a capacidade reflexiva e criativa desses grupos. Os atores históricos que participaram do conflito, são considerados, desde as últimas décadas do século XX, como responsáveis pelas escolhas e ações que realizaram, conscientes dos problemas enfrentados e capazes de formular projetos de transformação social.

Nesse movimento historiográfico de renovação, é importante considerar o papel fundamental que alguns pesquisadores têm exercido sobre as novas gerações de graduandos na área das ciências humanas. Um exemplo pode ser identificado nos diversos encontros realizados no Centenário do Contestado, durante o ano de 1912, organizados por Paulo Pinheiro Machado, Márcia Janete Espig e Delmir José Valentini¹³ e nas inúmeras publicações e jornadas acadêmicas que sucederam esses primeiros encontros.¹⁴

Uma dessas publicações demonstra a variedade de propostas e percursos teóricos e metodológicos adotados nos últimos anos. No livro, *Contestado: fronteiras, colonização e conflitos (1912-2014)*, fruto das apresentações realizadas no *II Simpósio Nacional sobre o Centenário do Movimento do Contestado: Fronteiras, Colonização, Conflitos e Meio Ambiente*, que ocorreu em abril de 2014 em Chapecó, é possível observar os percursos adotados pelos pesquisadores do tema na atualidade. As análises giram em torno de temáticas como a legislação sobre terras, colonização e a questão agrária do planalto meridional brasileiro; a modernização e as relações sociais e políticas desenvolvidas a partir do estabelecimento de empresas estrangeiras na região; as narrativas visuais, os discursos memorialísticos, aspectos da religiosidade popular e da presença indígena na região; perspectivas da história da leitura, entre outras temáticas.

Essa grande variedade de objetos de estudo e de perspectivas norteadoras, demonstram o quanto a temática da Guerra do Contestado e dos movimentos sociais ganharam espaço na historiografia e na academia. Essa dinâmica de

¹³ Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul.

¹⁴ Este Simpósio aconteceu em três encontros realizados em 2012 em Florianópolis, Pelotas e Chapecó.

defesas de teses e dissertações, de publicação de livros e artigos, da realização de encontros e simpósios, indica que o tema está em construção e o interesse dos pesquisadores em evidenciar, cada vez mais, o papel dos sujeitos sociais que tiveram participação nos acontecimentos da época e na elaboração posterior de memórias sobre o conflito.

Referências bibliográficas

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Anthopos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1985, p. 296-332. v. 5.

CARVALHO, F. S. de. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

DALFRÉ, Liz Andréa. **Outras narrativas da nacionalidade: o Movimento do Contestado**. Curitiba: SAMP, 2014.

DIACON, Todd. **Millenarian Vision, Capitalist Reality** – Brazil Contestado rebellion, 1912. Durham and London: Duke University Press, 1995.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 11 de outubro de 1912, n. 4196, p. 1, c. 4.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 15 de outubro de 1912, n. 4199, p. 4, c. 1.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 25 de setembro de 1912, n. 4182, p. 1, c. 6-7

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 26 de setembro de 1912, n. 4183, p. 1, c. 5-6.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 4 de janeiro de 1915, n. 4983, p. 1. c. 4.

ESPIG, Márcia Janete. **A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado**. Canoas: ULBRA, 2002.

_____. **Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1915)**. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro, 1978.

GRUNER, Clóvis; PRIORI, Angelo (Org.). **Contestado: 100 anos de uma guerra sem fim: movimentos e conflitos sociais no sul do Brasil: estudos sobre Santa Catarina e Paraná (séculos XIX e XX)**. Curitiba-PR: ANPUH, 2016, p. 13-28.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Contestado: o centenário da guerra e o conflito sem fim. In: GRUNER, Clóvis; PRIORI, Angelo (Org.). **Contestado: 100 anos de uma guerra sem fim: movimentos e conflitos sociais no sul do Brasil: estudos sobre Santa Catarina e Paraná (séculos XIX e XX)**. Curitiba: ANPUH, 2016, p. 13-28.

_____. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1923-1916)**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

- MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 95-112.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- PEREIRA, Osny Duarte. O cinqüentenário da guerra sertaneja do Contestado Paraná-Santa Catarina. **Revista Civilização Brasileira**, n. 9/10, p. 235-246, 1966.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus, 1965.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.
- RODRIGUES, Rogério Rosa. **Os sertões catarinenses**: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2001.
- _____. **Veredas de um grande sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- VALENTINI, Delmir José; RODRIGUES, Rogério Rosa (Org.). **Contestado**: fronteiras, colonização e conflitos (1912-2014). Porto Alegre; Chapecó: Letra & Vida; Ed. UFFS, 2015.
- WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas & Resistências**, v. 1, p. 60-75, 2006.